COFEM



# Bytes de Resistência

## Enfrentando a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia

Mini Pocketbook Bytes de Resistência: Enfrentando a Violência Baseada em Gênero Facilitada pela Tecnologia é uma série temática composta de quatro partes, ou "Pocketbook", voltada a fornecer orientações práticas sobre como utilizar a tecnologia para promover a alegria e a resistência, fortalecer a infraestrutura e a preparação digitais e proteger mulheres que ocupam cargos de formulação de políticas públicas e outras mulheres com atuação na esfera pública.

# Visão geral

A Coalition of Feminists for Social Change (COFEM) é um coletivo de incidência política formado por lideranças de pensamento, ativistas, profissionais e pesquisadoras que atuam globalmente para eliminar a violência contra as mulheres e meninas (EVAWG). O Programa Act to End Violence Against Women (ACT), coliderado pela União Europeia e pela ONU Mulheres, impulsiona a ação feminista entre organizações da sociedade civil, movimentos de base e organizações de direitos das mulheres (WROs), por meio de uma agenda compartilhada de incidência política para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas.

O Feminist Pocketbook da COFEM tem sido amplamente utilizado como uma ferramenta de incidência política para apoiar abordagens feministas de enfrentamento da violência contra as mulheres e meninas (VAWG) entre profissionais da área. O retorno recebido atribui esse impacto à sua análise acessível dos principais temas e às mensagens direcionadas a formuladores de políticas públicas, financiadores e profissionais. Diante da eficácia do Feminist Pocketbook como instrumento de incidência política, a COFEM adaptou seu formato para abordar especificamente a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV). Bytes de Resistência: Enfrentando a Violência Baseada em Gênero Facilitada pela Tecnologia apoia movimentos feministas, organizações de direitos das mulheres (WROs) e mulheres defensoras dos direitos humanos (WHRDs) no fortalecimento de sua capacidade de liderar ações transformadoras de incidência política online para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas, utilizando a tecnologia como ferramenta de alegria e resistência, defendendo melhores condições de infraestrutura e segurança digital e reforçando a proteção das mulheres que ocupam cargos públicos. Além disso, o Mini Pocketbook destaca formas inovadoras pelas quais feministas podem cultivar a alegria e o cuidado coletivo, bem como adotar medidas concretas para minimizar os riscos no ambiente online. Seu conteúdo foi elaborado com base em uma série de diálogos de aprendizagem com organizações de direitos das mulheres (WROs), promovidos pela COFEM no âmbito da iniciativa ACT da ONU Mulheres, além de documentos de referência fundamentais.

# Introdução

Para os movimentos feministas e ativistas em todo o mundo, a tecnologia sempre representou, ao mesmo tempo, uma enorme oportunidade e um profundo risco. À medida que cada vez mais aspectos da vida cotidiana migram para o ambiente digital, mulheres defensoras dos direitos humanos (WHRDs), organizações de direitos das mulheres (WROs), ativistas feministas, jornalistas e mulheres que atuam na esfera pública precisam navegar por um cenário digital em constante transformação. Utilizamos a tecnologia para mobilizar a incidência política feminista, influenciar políticas públicas, desafiar narrativas antigênero e exigir a responsabilização das instituições. Ao mesmo tempo, porém, enfrentamos níveis crescentes de violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV), incluindo assédio online, perseguição virtual (cyberstalking), falsificação de identidade, desinformação baseada em gênero, deepfakes e abusos assistidos por inteligência artificial (IA).

A TFGBV constitui uma manifestação contemporânea de desigualdades estruturais historicamente enraizadas, utilizando plataformas digitais para reforçar relações de poder já existentes que limitam quem pode ocupar os espaços públicos com segurança e quem tem liberdade para se organizar, liderar e simplesmente existir. De acordo com as evidências globais mais recentes, reunidas em pesquisas realizadas em 119 países em 2025 e apresentadas na publicação Tipping Point: Online Violence, Impacts, Manifestations and Redress in the AI Age, a TFGBV é uma das formas de violência contra as mulheres e meninas (VAWG) que mais crescem no mundo e representa uma séria ameaça aos direitos humanos, à participação democrática, à liberdade de expressão e à igualdade de gênero. Tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial generativa, criam novas oportunidades para o assédio, a exclusão, a exploração e a violência.

*Bytes de Resistência* responde à crescente necessidade de disponibilizar conhecimentos acessíveis, fundamentados em perspectivas feministas, e ferramentas práticas para fortalecer ainda mais a capacidade das mulheres defensoras dos direitos humanos (WHRDs) de prevenir, identificar e responder à violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV), ao mesmo tempo em que preservam sua própria segurança e promovem o cuidado coletivo. Com base em evidências produzidas globalmente e nos aprendizados gerados pela série *Knowledge as Resistance: Learning and Dialogue Labs on Ending Violence against Women and Girls*, promovida pela COFEM e pela ONU Mulheres, este Pocketbook apoia defensoras e defensores da incidência política feminista no fortalecimento da segurança digital, na promoção da responsabilização e no uso da tecnologia como instrumento de transformação social.

O Mini Pocketbook foi desenvolvido para ativistas feministas e organizações de direitos das mulheres (WROs) que necessitam de ferramentas práticas para enfrentar e resistir à violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV), bem como para formuladores de políticas públicas e representantes de instituições que detêm a autoridade e a responsabilidade de criar as condições jurídicas, regulatórias e financeiras necessárias para prevenir e enfrentar esses tipos de violência. A segurança digital exige mudanças estruturais fundamentadas em vontade política e no compromisso de priorizar a segurança das pessoas acima do lucro.

## O que é a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV)?

A violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) refere-se a atos de violência cometidos, facilitados, agravados ou ampliados por meio das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e de plataformas digitais.[1]

A violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) pode incluir:

- Assédio e abuso online
- Perseguição virtual (cyberstalking) e vigilância
- Campanhas de desinformação baseadas em gênero
- Divulgação maliciosa de informações pessoais (doxxing) e violações de privacidade
- Abusos assistidos por inteligência artificial (IA) e ataques misóginos coordenado
- Deepfakes e manipulação de mídias sintéticas
- Compartilhamento não consensual de imagens
- Falsificação de identidade e roubo de identidade



A violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) constitui um ataque contra indivíduos e comunidades que se organizam em torno de identidades políticas compartilhadas, além de representar uma ameaça mais ampla à igualdade de gênero, à participação política, ao espaço cívico e aos direitos humanos.

[1] United Nations Population Fund. (2025, November 26). Technology-facilitated gender-based violence: A growing threat. https://www.unfpa.org/TFGBV

# Estrutura temática

## Introdução à violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV)

Esta introdução explica como mobilizar ações de incidência política lideradas por movimentos feministas e promover a responsabilização de formuladores de políticas públicas e de empresas de tecnologia para enfrentar os desafios dos danos causados no ambiente online. Também destaca o valor de abordagens inovadoras por meio das quais feministas podem cultivar a alegria e o cuidado coletivo nos espaços digitais.

*A eliminação da violência contra as mulheres e meninas (VAWG) exige esforços coordenados de incidência política que estabeleçam a conexão entre a segurança digital, a participação democrática e os direitos humanos.*

## Ficha técnica 1
## Como fortalecer a segurança e a infraestrutura digital

A Ficha Técnica 1 apresenta estratégias práticas para identificar danos no ambiente online, fortalecer a segurança digital, reduzir riscos e desenvolver abordagens coletivas de proteção para responder à violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV).

*A segurança digital é mais eficaz quando é planejada de forma proativa e integrada aos processos de fortalecimento dos movimentos.*

## Ficha técnica 2
## Como enfrentar a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) contra mulheres na vida pública e política

A Ficha Técnica 2 apresenta reflexões e estratégias para enfrentar a violência online direcionada às mulheres que atuam na vida pública e política, proteger a participação democrática e fortalecer a responsabilização por ataques baseados em gênero.

*Os ataques contra mulheres que atuam na vida pública não são incidentes individuais — são desafios políticos que exigem ação coletiva.*

## Ficha técnica 3
## Como utilizar a tecnologia para promover o descanso, a resistência e a alegria

A Ficha Técnica 3 apresenta como feministas vêm utilizando a tecnologia para contar histórias, promover processos de cura, fortalecer o cuidado coletivo, construir comunidades, impulsionar a incidência política e fomentar formas criativas de resistência. Assim como a alegria e o descanso são componentes essenciais para a sustentabilidade dos movimentos feministas, a inovação digital também pode fortalecer a organização coletiva e a solidariedade.

*A alegria, o cuidado e a criatividade são elementos essenciais para sustentar a resistência.*

# O que é incidência política feminista na era digital?

Enfrentar a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) exige mais do que ferramentas e práticas de segurança digital que transferem para as pessoas a responsabilidade por sua própria proteção. A verdadeira responsabilidade recai sobre as instituições e as empresas de tecnologia que projetam e lucram com o ambiente digital, bem como sobre os sistemas que permitem e normalizam a violência online contra mulheres, meninas e pessoas de gênero diverso.

Nesse contexto, a incidência política feminista redefine a TFGBV, deixando de tratá-la como um problema individual a ser administrado para reconhecê-la como um problema político e sistêmico que precisa ser enfrentado. Isso implica exigir a responsabilização das empresas de tecnologia pelos danos possibilitados por suas plataformas, defender marcos legais e regulatórios que tratem a violência online com a devida seriedade, enfrentar atores contrários aos direitos humanos que instrumentalizam os espaços digitais para silenciar vozes feministas e garantir que as sobreviventes — especialmente aquelas que enfrentam formas interseccionais de discriminação — estejam no centro de todas as respostas.

Os movimentos feministas e as organizações de direitos das mulheres (WROs) já exercem um papel de liderança e desempenham uma função fundamental em:

1. Documentar e monitorar a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV), a fim de produzir a base de evidências de que formuladores de políticas públicas e órgãos reguladores necessitam[2]
2. Defender o fortalecimento de leis, políticas públicas e marcos regulatórios, incluindo mecanismos efetivos de responsabilização das plataformas digitais e de proteção de dados[3]
3. Enfrentar narrativas antigênero e misóginas disseminadas no ambiente online[4]
4. Construir infraestruturas coletivas de proteção, como protocolos compartilhados e redes de apoio entre pares[5]
5. Amplificar vozes feministas e soluções centradas nas sobreviventes, bem como exigir sua integração às respostas institucionais[6]
6. Fortalecer a solidariedade entre movimentos e regiões, conectando os direitos digitais às lutas mais amplas pela justiça de gênero e pela liberdade cívica.[7]

Com base nas prioridades da Agenda Compartilhada de Incidência Política do ACT, este Mini Pocketbook reconhece que a eliminação da violência contra as mulheres e meninas (VAWG) exige esforços coordenados de incidência política que estabeleçam a conexão entre a segurança digital, a participação democrática e os direitos humanos.

[2] Pollicy. (n.d.). *Violence against women in politics (VAWP)*. https://vawp.pollicy.org/

[3] Derechos Digitales. (n.d.). *Derechos Digitales*. https://www.derechosdigitales.org/en/home/

[4] GenderIT.org. (2026, March 17). *Returning to roots: Feminist technology movements organising for and responding to emerging realities*. https://www.genderit.org/edition/returning-roots-feminist-technology-movements-organising-and-responding-emerging-realities

[5] Association for Progressive Communications. (n.d.). *Feminist Tech Exchange (FTX)*. (s. d.). *Feminist Tech Exchange* (FTX)). https://ftx.apc.org/

[6] Chayn. (n.d.). *Resources*. https://www.chayn.co/resources

[7] FIRN team. (2025, February). *Reimagining, broadening and expanding TFGBV and transnational solidarity.* Feminist Internet Research Network. https://firn.genderit.org/blog/reimagining-broadening-and-expanding-tfgbv-and-transnational-solidarity

# Como mobilizar a incidência política feminista e promover a responsabilização dos formuladores de políticas públicas

| Ponto de Incidência | Oportunidades para a Incidência Política Feminista | Responsabilidades dos Formuladores de Políticas Públicas | Responsabilidades das Empresas de Tecnologia |
|---|---|---|---|
| LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS | Defender a adoção de legislação específica sobre a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) e assegurar que plataformas digitais, sistemas de inteligência artificial (IA) e práticas de tratamento de dados sejam regulamentados com uma perspectiva responsiva às questões de gênero, como previsto no Modelo de Marco Legislativo da ONU Mulheres para o Enfrentamento da Violência Baseada em Gênero Facilitada pela Tecnologia contra Mulheres e Meninas.[8] | Promulgar e implementar leis que tratem a violência no ambiente online com a devida seriedade, por meio da regulamentação das plataformas digitais, da exigência de transparência e da adoção obrigatória de soluções centradas nas sobreviventes. | Cumprir as leis que tratam a violência no ambiente online com a devida seriedade, observando a regulamentação das plataformas digitais, os requisitos de transparência e a adoção obrigatória de soluções centradas nas sobreviventes. |
| RESPONSABILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS | Documentar falhas das plataformas digitais, apresentar denúncias e utilizar mecanismos regulatórios e jurídicos para exigir mudanças por parte das empresas de tecnologia e dos governos, que têm a responsabilidade estatal de assegurar a responsabilização desses atores. | Exigir que as plataformas digitais implementem políticas de segurança responsivas às questões de gênero, adotem práticas transparentes de moderação de conteúdo, incorporem a segurança desde a concepção (safety by design) e disponibilizem mecanismos acessíveis de denúncia e reparação. | Adotar políticas de segurança responsivas às questões de gênero, práticas transparentes de moderação de conteúdo, segurança desde a concepção (safety by design) e mecanismos acessíveis de denúncia e reparação. |
| CONTRANARRATIVAS | Desenvolver estratégias coordenadas de comunicação feminista para enfrentar a desinformação antigênero e recuperar os espaços digitais.<br>Defender o financiamento da mídia independente e de iniciativas feministas no ambiente digital que promovam a compreensão pública da violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) como um problema estrutural. | Estabelecer padrões jurídicos claros e mecanismos de supervisão que exijam das plataformas digitais a detecção e a divulgação transparente de informações sobre discursos de ódio de caráter sexista e assédio no ambiente online, em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos. | Proibir discursos antigênero nocivos por meio do monitoramento, da detecção e da remoção de discursos de ódio de caráter sexista e de práticas de assédio no ambiente *online*. |
| MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | Elaborar relatórios-sombra, realizar pesquisas independentes e fortalecer a base de evidências que permita tornar visíveis a dimensão e os impactos da violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV). | Produzir, publicar e incorporar dados desagregados sobre a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV) aos planos de ação nacionais, aos orçamentos públicos e aos marcos institucionais de responsabilização. | Utilizar evidências para fortalecer as políticas das plataformas, o desenvolvimento de produtos, os investimentos em segurança e os mecanismos de responsabilização corporativa. |
| ESPAÇOS CÍVICOS | Proteger os espaços digitais de organização feminista por meio do uso de ferramentas digitais seguras e de práticas coletivas de proteção que fortaleçam a solidariedade e reduzam os riscos enfrentados por ativistas e comunidades. | Restringir excessos de vigilância e assegurar que leis destinadas a enfrentar danos e violações não sejam utilizadas de forma indevida para silenciar vozes dissidentes. | Prevenir o uso indevido de tecnologias de vigilância e dos mecanismos de aplicação das regras das plataformas, implementando salvaguardas robustas de direitos humanos, ampliando a transparência e protegendo usuários e usuárias que participam de atividades legítimas de ativismo e organização coletiva. |

[8] UN Women. (2025, November 25). *Model framework for legislation on technology-facilitated violence against women and girls.* https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/11/brief-model-framework-for-legislation-on-technology-facilitated-violence-against-women-and-girls

## Cuidado coletivo

Respostas sustentáveis exigem comunidades, organizações e movimentos que priorizem o bem-estar, a solidariedade e o apoio mútuo.





## A Alegria como forma de resistência

Narrativas, conexões e práticas de cuidado coletivo são formas poderosas de ação política que contribuem para sustentar os movimentos que se articulam nos espaços digitais.

# O que são os princípios feministas para a segurança digital?[9]



## Responsabilidade compartilhada

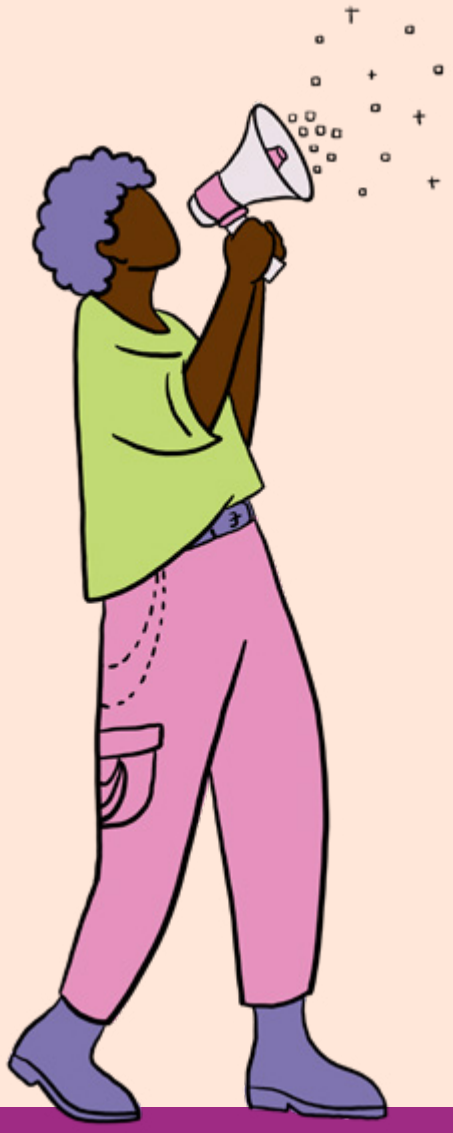
Governos, empresas de tecnologia, instituições de mídia e atores internacionais devem assumir conjuntamente a responsabilidade pela prevenção e pelo enfrentamento das violências no ambiente online.



## Participação democrática

Mulheres e pessoas com identidades de gênero diversas têm o direito de participar de forma segura e plena da vida cívica, política e pública, tanto no ambiente online quanto offline.

[9] Esses são os princípios da COFEM; uma compreensão mais abrangente dos princípios feministas para a segurança digital pode ser encontrada no trabalho da Association for Progressive Communications: https://www.apc.org/en/pubs/feminist-principles-internet-version-20



# Chamado à ação: Construindo o futuro digital que merecemos

Os movimentos feministas sabem que resistir não significa apenas enfrentar e combater a violência, mas também criar as condições necessárias para promover a dignidade, a responsabilização, a participação, o cuidado coletivo e a alegria.

Este Mini Pocketbook é, ao mesmo tempo, um recurso prático e um convite à ação. Ele nos incentiva a ir além da resposta às violências no ambiente online e a construir espaços digitais nos quais mulheres e pessoas com identidades de gênero diversas possam participar com segurança, exercer liderança, influenciar o debate público e prosperar.

## Agradecimentos

Este material foi elaborado por Lauren Messina e revisado por Jennifer Chinoye Amadi, Leah Goldmann, Joy Watson e integrantes da equipe de Eliminação da Violência contra as Mulheres (EVAW) da ONU Mulheres. O projeto gráfico foi desenvolvido por Mara Ayuningtyas e Léa Drougard, e as ilustrações são de Sarah Imran. Esta publicação foi produzida pela COFEM no âmbito do Programa ACT para Acabar com a Violência contra as Mulheres e Meninas, da ONU Mulheres, financiado pela União Europeia. Seu conteúdo é de exclusiva responsabilidade da COFEM e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia ou da ONU Mulheres.

## Citação sugerida

Coalition of Feminists for Social Change. Introdução, *Bytes de Resistência: Enfrentando a violência baseada em gênero facilitada pela tecnologia* (2026).